

UMA ANÁLISE SOBRE A VOCAÇÃO DOS PRÉDIOS HISTÓRICOS: O CASO DE JAGUARÃO - RS

JULIANA DE OLIVEIRA PLÁ¹; RONALDO BERNARDINO COLVERO²

¹Universidade Federal de Pelotas –Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural –juliana.pla@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas –Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – rbcolvero@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O movimento de olhar o passado, de perceber os bens culturais como testemunhos de uma história e de uma herança cultural, cria o sentimento de pertencer. Este movimento é a referência de um passado que precisa estar vivo sendo ponto de equilíbrio para uma vida moderna de constantes alternâncias. É, ainda, a ressignificação das manifestações culturais que as torna vivas ao ganhar sentido para os indivíduos e, especialmente, ao aguçar a identidade, indicando a retomada das discussões sobre preservação, conservação e restauração do patrimônio.

Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva nasce de relatos que ultrapassam gerações. Ela ocorre do casamento da memória individual com esses relatos, a partir do ponto em que os indivíduos tomam para si memórias do grupo ao qual se tem contato. Com isso, pode-se dizer que estas memórias não tem uma forma nítida, uma vez que se trata de memórias de outras épocas. É possível ainda crer que o reconhecimento destas memórias e a produção de outras vincula o sentimento de identidade. Para que isso seja renovado, são necessários elementos que sirvam de testemunho de uma época, que possam traduzir de outras maneiras o passado.

Os monumentos, segundo Riegl (2014), impulsionam no espectador a sensação de ciclo da vida. O surgimento desta sensação independe do saber erudito ou da educação histórica. Percebe-se com isto que a necessidade de explicitar e valorizar o enraizamento das comunidades é imprescindível para a manutenção do desenvolvimento futuro.

Frente a isso, Argan(1992) define a cidade como algo em constante desenvolvimento, onde se devem promover ações que vinculem sua história à sua vocação, direcionando, assim, às políticas públicas de requalificação do espaço. Atualmente entende-se como patrimônio não somente bens materiais, mas também bens imateriais, incorporando assim toda a diversidade que envolve a produção destes bens e a importância para as comunidades às quais pertencem (RODRIGUES, 2014).

Diante do exposto, cabe salientar que a cidade de Jaguarão possui uma memória arquitetônica sem similar em número e estado de conservação no Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2005). Ao final de 2010, a cidade teve o seu conjunto histórico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trata-se do maior tombamento em número de exemplares de imóveis do Estado do Rio Grande do Sul, com mais de 800 exemplares (RIBEIRO et al., 2011).

Além disso, o arranjo urbano de Jaguarão, assim como de diversas cidades, conta com seus exemplares históricos no centro econômico. Estes núcleos apresentam diversos caminhos para a reapropriação destes elementos, implicando tanto na permanência de usos, quanto na mudança do uso original

(Loureiro, 2006). Tal fato acaba por induzir ocupações que não tem relação com a estrutura da edificação, resultando em edificações que não apresentam mais suas características originais, as quais remontam uma época. Para Lyra (2006) a longevidade das edificações se deve ao fato de ter sido continuamente utilizados.

Neste contexto chega-se ao impasse: Em situações em que seja necessária a mudança do uso original de uma edificação histórica, como fazê-la sem que a identidade seja ignorada? Para a resolução deste impasse, torna-se necessário identificar, frente aos inventários já realizados e ao estado atual da edificação, seus usos e como este patrimônio é compreendido pela comunidade, indicando assim as vocações deste patrimônio edificado. Esse processo de identificação permitirá indicar, futuramente, caminhos a serem tomados quanto a utilização do patrimônio de maneira que sua identidade seja preservada. Além disso, permitirá definir as edificações históricas mais significativas para a comunidade, compreendendo os aspectos que as relacionam com a mesma. Desta maneira, espera-se fornecer subsídios para uma compreensão de seus aspectos materiais e imateriais de forma a promover o estudo e preservação do espaço construído dessa cidade.

2. METODOLOGIA

O processo de documentação de um edifício de interesse cultural exige à adoção de um método de coleta e análise que contemple suas particularidades históricas, estéticas, artísticas formais e técnicas (GOMIDE et al., 2005). Este processo deve permitir uma interpretação detalhada da evolução da obra arquitetônica para a preservação de sua memória (OLIVEIRA, 2008). Com esse intuito, a pesquisa deverá ser dividida em cinco etapas: (a) revisão de literatura, revisando conceitos e inventários já produzidos; (b) identificação dos marcos reconhecidos pela comunidade e órgãos públicos; (c) pesquisa histórica e o levantamento físico dos objetos identificados como marcos para a comunidade jaguareense.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já relatado anteriormente a cidade de Jaguarão apresenta um conjunto arquitetônico histórico sem similar no Rio grande do Sul, resultado de políticas públicas que primam pela sua preservação. Porém, o que se pode averiguar são ocupações que muitas vezes não condizem com a vocação e estrutura da edificação, podendo acarretar, na maioria das vezes, em mudanças profundas de descaracterização.

O centro histórico de Jaguarão apresenta edificações com características de linguagem colonial, da fase de transição entre o período colonial e o ecletismo (JANTZEN, 2005), configurando assim uma diversidade em questões estéticas e funcionais. Além disso, Lyra (2006), assim como Riegl (2014), defendem a existência de duas famílias arquitetônicas: as com intencionalidade simbólica e plástica, e as que foram projetadas apenas com a intenção funcional, sendo essas últimas as com maior suscetibilidade para intervenções e reciclagens.

Apesar desta “habilidade” de reutilização ter salvado alguns exemplares do desaparecimento, estes são exceções, pois cada tipo arquitetônico apresenta um leque finito de vocações de uso, sendo necessária assim a verificação da vocação destes. Compreender as novas possibilidades de uso para edificações requer um enfoque prospectivo. Edificações que já abrigam usos diferentes das quais foram

definidas originalmente, em sua maioria, passaram e passam por processos de degradação. A definição destes aspectos e seus mapeamentos indicam os sinais da compatibilidade ou não da nova destinação a que foi atribuída ao patrimônio edificado em questão (LOUREIRO et al, 2006).

A pesquisa proposta encontra-se em fase inicial. Por isso, os resultados ainda não foram alcançados, sendo estes dependentes de aplicações de questionários e análises dos mesmos.

4. CONCLUSÕES

Uma vez que a pesquisa encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento, as conclusões são preliminares e baseadas na revisão bibliográfica ainda não finalizada. Assim, nesta fase pode-se concluir que a identificação da vocação dos prédios históricos influenciará nas ações frente à preservação da memória representada aqui nas edificações já inventariadas. Espera-se que este trabalho apresente os indícios que influenciem na identificação do patrimônio, resultando nos marcos patrimoniais de maior relevância. A partir deles, espera-se, ainda, identificar os parâmetros de valoração/vocação destes frente à comunidade.

5. REFERÊNCIAS

ARGAN, G.C. *A história da arte como história da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

GOMIDE, José Hailon; SILVA, Patrícia Reis da; BRAGA, Sylvia Maria Nelo.

Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.

Brasília: Iphan, Programa Monumenta, 2005. 76 p. (Cadernos Técnicos, v.

1).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro, Vertice, 1990.

JANTZEN, S. A. Para uma boa leitura do PRIJ. In: OLIVEIRA, A. L. *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão*. Pelotas : Editora Universitária UFPel, 2005.

LOUREIRO, C. ET. AL. 2006. Metodologia de avaliação de mudança de uso. In: *Anais do II Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios*. Rio de Janeiro. Disponível em: https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779578800280/MUDANCA_USO_LoureiroetAlt.pdf . Acesso em 02 out. 2015.

LYRA, C. C. *A importância do uso na preservação da obra de arquitetura*. Arte & Ensaio (UFRJ), v. 1, p. 53-57, 2006.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Costa de; SEIBT, Maurício. *Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão*. Pelotas: Editora UFPEL, 2005.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *A documentação como ferramenta de preservação da memória*. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2008. v. 7. 143 p., il. (Programa Monumenta. Cadernos técnicos, v. 7).

RIBEIRO, M. de F. B; MELO, A. D.; LIMA, A. G. *Cidade, memória e política: Jaguarão RS/ Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300879978_ARQUIVO_cidade33.pdf. Acesso em 05 out. 2015.

RIEGL, Alois, 1858-1905. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*/ Alois Riegl; tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. – I. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Marcia Carvalho - *Bibliotecas como lugares de memória: o caso sul-rio-grandense* São Paulo, Unesp, v. 10, n.1 ,janeiro-junho, 2014.